

## **DESLOCANDO O PONTO DA CRÍTICA: INDAGAÇÕES A PARTIR DE REALIDADES URBANAS EM MUTAÇÃO**

Vera da Silva Telles

**RESUMO:** Face a um mundo social muito alterado em relação às décadas passadas, o artigo lança a pergunta pelos parâmetros descriptivos necessários para se colocar em perspectiva e sob perspectiva crítica os novos ordenamentos sociais urdidos nessa virada dos tempos. A questão define-se sob uma dupla interrogação (e inquietação): de um lado, os desafios colocados por uma realidade urbana que se modifica rapidamente e que escapa aos termos pelos quais os problemas urbanos (e sociais) foram descritos, tematizados e problematizados nos anos 80; de outro lado, a exigência de construção de um plano de referência que nos permita escapar dos termos estreitos do debate atual em grande medida regido pelos imperativos das urgências do momento, melhor dizendo: da administração das urgências sociais, ao mesmo tempo em que as noções de direito e cidadania foram esvaziadas de seu sentido crítico e político, pois transfiguradas em dispositivos de gestão do social. O ponto crítico desse estado de coisas são as evidências de um mundo social que parece escapar aos modos correntes da interpelação política, que se subtrai das formas conhecidas de representação, que vaza ou transborda os dispositivos gestionários que vem se multiplicando por todos os lados, mas que nem por isso corresponde às imagens correntes de anomia e desorganização social, pois sugere diagramas variados de relações e formas sociais que passam pelas mediações formais, mas transbordam suas regulações e colocam uma ordem de questões que implodem a gramática política conhecida. É essa a questão que o artigo explora, em uma segunda parte, seguindo os fios cruzados das “novas ilegalidades” que tecem a trama urbana em sua atualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado de exceção. Dispositivos gestionários. Vida matável. Novas ilegalidades urbanas.

## **CHANGING THE POINT OF CRITIC: INTERROGATIONS ON MUTATING URBAN REALITIES**

**ABSTRACT:** Facing a strongly altered social world in comparison to past decades, the article asks about the necessary descriptive parameters to place in perspective and under perspective the new social ordinations created in these changing times. The question defines itself under a double interrogation (and troubling): on one side, the challenges imposed by urban reality are modified rapidly and escape the terms by which the urban and social problems were described, schematized and questioned in the 1980s; on the other side, the exigency of the construction of a reference plan that allow us to escape the narrow terms of the actual debate in great measure commanded by the urgencies of the moment, or, better saying: by the administration of the social urgencies and at the same time, by the emptiness of the notions of citizenship and rights in regard to their political and critical sense, due to their transfiguration in devices of social management. The critical point of this state of things is the evidence of a social world that escapes the current forms of political interpellation, which subtracts itself from the known forms of representation, which surpasses the management devices distributed everywhere, but nevertheless correspond to the images of anomie and social disorganization, because it suggests multiple diagrams of relationships and social forms that pass through the formal mediations, but surpass the regulations and calls for one order of questions that explodes the known political grammar. The question explored by the article, in a second part, tries to follow the crossed strings of the new illegalities that build the urban plot in our time.

**KEY WORDS:** Exception state. Management devices. Killed life. New urban illegalities.

---

<sup>1</sup>Profa. do Depto. de Sociologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania  
- CENEDIC. E-mail: tellesvs@uol.com.br

**Q**ue mundo social é esse que vem se perfilando nas dobras das mutações em curso nas últimas décadas? Com quais parâmetros colocar em perspectiva e sob perspectiva crítica os novos ordenamentos sociais urdidos nessa virada dos tempos? De fato, compreender a situação hoje estampada nas grandes cidades é um desafio que nos interroga quanto aos critérios capazes de conferir inteligibilidade a um panorama urbano muito alterado em relação às décadas passadas e que vem se modificando em ritmo acelerado em tempos de financeirização da economia, autonomização dos mercados e revolução tecnológica.

Assim, São Paulo, como outras tantas grandes cidades do planeta, apresenta um cenário no qual ganham forma e evidência tangível as transformações que, nas últimas décadas, afetaram Estado, economia e sociedade. Em seus espaços e artefatos estão cifrados os modos de circulação e distribuição da riqueza (desiguais, mais do que nunca), as mutações do trabalho e das formas de emprego (e as legiões de sobrantes do mercado de trabalho), a revolução tecnológica e os serviços de ponta (e as fortalezas globalizadas da cidade), os grandes equipamentos de consumo e os circuitos ampliados do mercado (e a privatização de espaços e serviços urbanos). Acompanhando tudo isso, a economia informal, desde sempre presente na cidade (e em todo o país) se expande e se amplia através de novas articulações entre a mais-do-que tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais que se espalham pelas regiões, mesmo as mais distantes da cidade e os circuitos globalizados da economia. Trata-se aqui de novas conexões e de uma escala de redefinições inteiramente em fase com o mundo globalizado, redesenhando espaços e territórios urbanos nas trilhas de redes de subcontratação que chegam aos pontos extremos das periferias pelas vias de uma meada inextricável de intermediários e intermediações que reativam o trabalho a domicílio e redefinem o chamado trabalho autônomo, ao mesmo tempo em que os mercados locais vão sendo, também eles, redefinidos na junção entre as circunstâncias da chamada economia popular, máfias locais e o comércio clandestino de bens lícitos ou ilícitos de procedência variada. Se bem é verdade que a cidade oferece todos os ingredientes que alimentam os discursos e o imaginário da “cidade global”, com todos seus artefatos sempre presente e sempre iguais em todas as grandes metrópoles do planeta, também é verdade, esse outro lado, que a vida social é atravessada por um universo crescente de ilegalidades, que passa pelos circuitos da expansiva economia (e cidade) informal, o chamado comércio de bens ilícitos e o tráfico de drogas (e seus fluxos globalizados) com suas sabidas (e mal conhecidas) capilaridades nas redes sociais e práticas urbanas.

É nesse cenário contrastado que crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana. Também a violência, quer dizer a morte violenta, morte matada como se diz em linguagem popular. Em termos técnicos, na linguagem jurídica e policial: homicídios. E a tragédia concentra-se nas periferias da cidade. Não é o caso aqui de falar de números e cifras. Por ora, basta dizer que, entre os pesquisadores acostumados a comparações internacionais, não se hesita em dizer que são dados comparáveis, por vezes piores, às regiões ou países em situação de guerra civil ou de conflagração letal. Mas como bem sabemos, todo cuidado é pouco quando de trata de lidar com as proximidades da pobreza e violência, sobretudo nesses tempos em que a nossa velha e persistente, nunca superada, criminalização da pobreza vem sendo reatualizada sob formas renovadas, algumas sutis, outras nem tanto, na maior parte dos casos,

aberta e declarada. Esse é um terreno minado carregado de pressuposições e lugares-comuns que estabelecem a equação fácil e rápida entre pobreza, desemprego, exclusão, criminalidade e morte violenta, equação que alimenta a obsessão securitária que, também ela, compõe o cenário urbano atual, da mesma forma como vai alimentar os dispositivos gestionários que mobilizam representantes políticos, operadores sociais, voluntários, agentes comunitários, e também a pesquisa acadêmica. No entanto, como nos ensina Alba Zaluar (2002), se quisermos entender alguma coisa do que anda acontecendo, será preciso investigar o modo como se articulam a sedução encantatória do moderno mercado de consumo e o bloqueio de chances promissoras do mercado de trabalho, as práticas ilícitas que atravessam a dita economia (e cidade) informal e os circuitos do tráfico de drogas, com suas capilaridades nas práticas cotidianas e nas tramas da sociabilidade popular.

Mas é aqui que se situam os desafios. Entre, de um lado, os artefatos da “cidade global” e, de outro, os “pobres” e “excluídos” tipificados como público-alvo de políticas ou programas ditos de inserção social, há todo um entramado social que resta a conhecer, que escapa às categorias utilizadas para a caracterização da pobreza urbana e que transborda por todos os lados do perímetro estreito dos “pontos críticos” de vulnerabilidade social identificados por indicadores sociais. É justamente nessas tramas da cidade que se aloja a complicação atual e que será preciso, por isso mesmo, auscultar. É nessas tramas que os lances da vida são jogados, é aí que se processam as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multifacetada malha de ilegalidades que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Aí também os elos perdidos da política, tragados que foram pelo princípio gestionário que trata das “pontas”, da dita governança econômica e, do outro lado, da gestão do social e administração de suas urgências. No meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de exclusão social podem sugerir, mas os fios que tecem a tapeçaria do mundo social, as tramas da cidade e nas quais estão em jogo os sentidos da vida e das formas de vida.

Mas é também aqui que se situa o duplo desafio que temos pela frente: a construção de parâmetros críticos implica ao mesmo tempo a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação. E é esse o sentido da pergunta que abre esse artigo, a indagação sobre seus critérios de inteligibilidade. Mais precisamente: a indagação sobre o plano de referência que permita discernir as linhas de força pelas quais essas realidades se constituem, se transformam e redefinem os campos de gravitação da experiência social (e urbana).

\*\*\*

Mas aqui peço licença ao leitor para seguir um atalho que vai me levar ao que talvez possa parecer um desvio de rota nessa discussão. Porém é um volteio necessário para esclarecer o ponto, na verdade um ponto importante para bem situar o que vem depois. Parâmetro descritivo, parâmetro crítico: afinal do que se trata? Não estou aqui sinalizando um problema de ordem metodológica ou tão simplesmente a exigência de rigor em uma descrição bem feita da ordem das coisas. A questão coloca-se em outro patamar. Trata-se de uma indagação sobre o jogo de referências que permitam traçar o plano em que os problemas se colocam, ou melhor dizendo: o plano em que os problemas podem ser formulados e lançados como questões orientadoras em uma necessária prospecção do mundo social que vem se desenhando nos últimos tempos.

É preciso que se diga que esta é uma questão que se arma a partir de anotações de pesquisa que vieram se acumulando ao longo de muitos anos de andanças nas periferias paulistas. Mas é uma indagação que se qualifica por referência aos termos correntes do debate atual: sob o risco de simplificação de uma questão bastante complexa, eu diria que é um debate em grande parte pautado pelas “urgências do momento” - ou melhor: pelas supostas exigências de “administração das urgências” de uma crise social que explode no cenário das nossas cidades. E isso é também sinal dos tempos e da diferença dos tempos, e por isso mesmo merece uma reflexão. Se antes o que então era nomeado como “questão urbana” era definida sob a perspectiva (e promessa) do progresso, da mudança social e do desenvolvimento (anos 1960/1970) e, depois, da construção democrática e da universalização dos direitos (anos 1980), agora os horizontes estão encolhidos, o debate é em grande parte conjugado no presente imediato das urgências do momento, os problemas urbanos tendem a deslizar e a se confundir com a gestão urbana e a pesquisa social parece em grande medida pautada pelo imperativos de um pragmatismo gestionário de programas sociais dirigidos aos pontos e micro-pontos de “vulnerabilidade social” assinalados por grades diversas de indicadores sociais. É essa diferença dos tempos que lança a interrogação quanto ao plano de referência a partir do qual descrever e colocar em perspectiva e sob perspectiva crítica a nossa complicação atual.

Seria quase trivial dizer que está tudo muito alterado em relação às décadas anteriores. Mas não é tão trivial dizer que o que antes foi dito e escrito sobre a cidade e seus problemas, a “questão urbana”, parece ter sido esvaziado de sua capacidade descritiva e potência crítica em um mundo que fez revirar de alto a baixo a solo social das questões então em debate. E é aqui que começa o atalho que será preciso palmithar para situar bem a ordem das questões que eu gostaria de propor ao debate. Nos anos 80, a cidade - a cidade como questão - aparecia como cifra pela qual o país era tematizado, em torno dela organizava-se um jogo de referências que dava sentido às polêmicas, debates e embates sobre a história, percursos e destinações possíveis da sociedade brasileira<sup>2</sup>. A cidade como questão era definida a partir de um conjunto cruzado de proposições que circulavam entre os fóruns do debate acadêmico e do debate político. Produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, dominação e política, contradições urbanas e Estado eram noções (e pares conceituais) que circulavam, se articulavam e se compunham em proposições formuladas nas pesquisas e ensaios que então tratavam da moradia popular e os processos de periferização urbana, que discutiam as relações entre a autoconstrução da moradia e a reprodução do capital, entre desigualdades urbanas e relações de classe, entre migração e pobreza urbana, entre reprodução social e Estado. Modos de descrever e figurar a ordem das coisas, que eram também uma maneira de identificar e nomear seus campos de força e horizontes de possíveis. Os rumos possíveis da sociedade brasileira era a questão que atravessava todo esse debate, que definia sua intensidade e a pulsação polêmica das proposições que reabriam a interrogação sobre as relações entre desenvolvimento capitalista, modernização e modernidade.

Era um debate de múltiplas entradas mas que construiu o solo no qual circulavam as noções de direitos, de cidadania, de espaço público e democracia. O fato é que, naqueles anos, as promessas de uma cidadania ampliada desenhavam algo como uma cartografia de questões e inquietações,

<sup>2</sup>Retomo aqui de modo bastante resumido questões desenvolvidas em Telles (2006).

sempre polissêmicas e sempre polêmicas, que conferiam sentido e inteligibilidade aos acontecimentos de um presente vivido, e assim figurado, no tensionamento entre o legado de uma história autoritária e excluente e os campos de possíveis que se descortinavam na dinâmica dos conflitos sociais que então se abriam por todos os lados. Talvez seja isso que esclareça o sentido polêmico e crítico das noções de direitos e de cidadania na medida em que compunham uma linguagem política que balizava os critérios pelos quais os dramas da existência podiam ser problematizados e avaliados nas suas exigências de equidade e justiça. Linguagem política que definia a gramática do campo de conflitos que se armava na cena pública brasileira, as noções de direitos e cidadania também se configuravam como referência pela qual se colocava em perspectiva a história passada e as possibilidades de superação do que então era percebido como entraves e obstruções na direção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Talvez seja possível dizer, seguindo nas trilhas de Roberto Schwarz (1999), que esses anos testemunhavam mais um capítulo (o último?) de um debate que fazia da defasagem entre as aspirações da modernidade e a experiência efetiva do país um tópico obrigatório, mobilizando a imaginação crítica na aposta de que seria possível superar as mazelas da sociedade e trazer as maiorias, desde sempre relegadas às fimbrias da modernização capitalista, ao universo de uma cidadania ampliada. Pois bem, essa aposta foi perdida. Ao menos, foram desestabilizados os termos em que esta aposta foi formulada. É a questão que o próprio Schwarz lança ao debate em artigo de 1993: como pensar o país quando a “norma civilizada” na qual, desde sempre, o país se espelhou, apenas nos promete, nesses tempos de capitalismo globalizado, uma modernização que não cria o emprego e a cidadania prometidos, mas que engendra o seu avesso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica - e descarta - povos e populações que não têm como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica. As ambivalências e contradições de uma modernidade pretendida como projeto não é questão nova, sabemos disso; tampouco a crítica a essa “norma civilizada” que contém, no seu interior, a barbárie de todos os dias. A novidade, hoje, vem no entanto da desestabilização do quadro de referências pela qual essa modernidade foi, para o bem ou para o mal, pensada não apenas como possível, mas como ponto certo e seguro de chegada, vencidos os obstáculos interpostos pela “má-formação brasileira”. Mas então, é a questão que Schwarz nos propõe, como pensar o país se “o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós?” (SCHWARZ, 1993).

Na outra ponta, o que se desfaz como horizonte histórico e referência crítica é a própria noção de superação, noção fundante dos debates que percorriam as décadas anteriores. É esse o sentido polêmico da questão que Francisco de Oliveira (2003) traz ao debate público ao usar a imagem do Ornitorrinco para descrever o país<sup>3</sup>: um monstrengão feito de pedaços desconjuntados, diferenças, defasagens, descompassos, desigualdades que, não sendo mais atravessados por uma virtualidade de futuro, não mais articulados internamente por uma “dialética dos contrários”, ficam onde estão, fatos irrevogáveis de nossa realidade, sem solução e sem superação possível no cenário do

<sup>3</sup>“Como é o ornitorrinco? Altamente urbanizado, pouca força de trabalho e população no campo, dunque nenhum resíduo pré-capitalista; ao contrário, um forte agrobusiness. Um setor industrial da Segunda Revolução industrial completo, avançando, tatibite, pela terceira revolução, a molecular-digital ou informática. Uma estrutura de serviços muito diversificada numa ponta, quando ligados aos estratos de altas rendas, a rigor, mais ostensivamente perdidório que sofisticado; noutra, extremamente primitivo, ligado exatamente ao consumo dos estratos pobres. [...] [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 132-133).

capitalismo globalizado e de uma revolução tecnológica que aprofunda e torna irreversível o abismo entre os países. A rigor Chico de Oliveira dá mais um lance na questão proposta por Schwarz dez anos antes, ao deslindar ponto por ponto as circunstâncias e forças operantes nesse demanche sob o impacto de uma autonomização dos mercados que terminou por implodir a política e suas mediações. A “política em uma era de indeterminação é a expressão forte que traduz esse estado de coisas e o “Estado de exceção” é a categoria analítica que acusa o esfacelamento da política agora transformada na administração das urgências - um permanente estado de urgência que derroga as regras do direito, que implode os contratos, que desestabiliza os acordos e que, sobretudo, desativa o espaço da política já que o movimento dos atores perde qualquer previsibilidade, tudo transitando para além de qualquer medida que, justamente, deixou de existir. O que antes era percebido como exceção, singularidade de um movimento histórico que, esperava-se, haveria de alcançar algum patamar de normalidade, transforma-se em regra - as desigualdades abissais, a pobreza urbana, o desemprego, o “trabalho sem forma” das multidões de ambulantes que ocupam os espaços da cidade, bem, tudo isso está aí para ficar. Diante disso, resta a “administração da exceção”, diz Chico de Oliveira, e é nisso que terminou por se reduzir as políticas sociais agora transformadas em “antipolíticas de funcionalização da pobreza”.

As questões propostas pelo autor vão muito além do que está sendo comentado nestas notas. Mas o que interessa aqui é reter o sentido do petardo crítico lançado ao debate. Se a equação que se estabelecia entre trabalho, direitos e cidadania foi quebrada, se o movimento histórico que lhe dava plausibilidade foi interrompido, se a “hipótese superadora”, para usar os termos de Schwarz, foi erodida<sup>4</sup>, então com quais parâmetros ou a partir de quais parâmetros colocar sob perspectiva crítica o atual estado de coisas? Como discernir as linhas de força que permitem reabrir essa potência de confrontar o presente e ampliar o horizonte dos possíveis, essa mesma potência (e essa aposta) que de alguma forma esta(va) contida na idéia de superação? A questão está longe de ser simples. A rigor é o próprio problema que ainda precisa ser formulado e bem posto. E isso, claro está, não é coisa que se resolva assim de uma penada e certamente não vai ser qualquer contorcionismo teórico que haverá de abrir caminhos.

No entanto, é preciso tirar consequências desse ponto de virada dos tempos que correm. Mas então aqui chegamos ao ponto: diria que temos hoje uma dificuldade (é um desafio colocado) na construção de parâmetros críticos para ordenar a descrição e problematização da situação social brasileira, para além da denúncia das “misérias do mundo”. Mas para isso será necessário um radical deslocamento do ponto da crítica, quer dizer: deslocamento do plano de referência para que a reflexão crítica possa ser exercida. Em outras palavras, a exigência de um outro jogo de referências para descrever a nossa atualidade, que permita prospectar as linhas de força pelas quais o estado de coisas atual se configura e se transforma, discernir o que nele existe como potência e virtualidade, mesmo que seus sinais venham junto com os da catástrofe que estamos testemunhando em nossas cidades. O que está em pauta nos tempos que correm é a inviabilidade de nos fixarmos nos termos como até agora lidamos como as coisas do mundo. Simplificando muitíssimo, trata-se de um deslocamento do terreno em que nos acostumamos a tematizar as “incompletudes” da sociedade brasileira, esse terreno no qual

<sup>4</sup>Hoje, diz Schwarz (1999, p. 58) “o naufrágio da hipótese superadora” aparece como “o destino da maior parte da humanidade, não sendo neste sentido, uma experiência secundária.”

fazia sentido a proposição habermesiana das chamadas promessas não realizadas da modernidade. É nesse terreno que pulsava o sentido crítico (e polêmico) das noções de espaço público e de direitos, na aposta que então se fazia na sua vocação universalizante. É é nesse terreno que fazia sentido a discussão clássica sobre exclusão social e a promessa de um alargamento do espaço democrático para nele incluir os que foram dele privados.

Em outras palavras: leis e direitos, espaços públicos e democracia definiam um espaço conceitual a partir do qual os problemas eram definidos, as questões eram formuladas, os devires eram diagnosticados e os horizontes de possíveis eram delineados em seus bloqueios e também suas promessas. Nos anos 80, como tantos outros leitores de Hannah Arendt e Claude Lefort, estávamos investidos das promessas democráticas que os tempos nos abriam, tratávamos de prospectar a força mobilizadora da “linguagem dos direitos” e de trabalhar os sinais da sua potência histórica percebida nos termos de uma sempre renovada “invenção democrática” para lembrar aqui o título do livro então famoso (e hoje esquecido) de Lefort (1981), um livro que marcou época e deu a pauta para boa parte dos debates que se seguiram naqueles anos. Pois bem, vinte anos depois, ao que parece, no lugar de Claude Lefort é Giorgio Agamben (2002), aliás também filósofo, que parece dar a pauta e acusar a virada dos tempos, ao lançar um crivo que permite descrever a modernidade - e a nossa atualidade - sob outro jogo de referência. Estado de exceção e vida nua são noções que compõem um espaço conceitual que circunscreve outra ordem de problemas, que mobiliza outras categorias e outras referências, que joga com outra série de determinações do estado de coisas que conformam nossa atualidade. Perscrutando o mundo que veio se desenhando desde as décadas finais do século XX, Agamben oferece um princípio de inteligibilidade para a chamada crise dos Estados Nacionais e da erosão de suas regulações e de seu ordenamento jurídico. É nesse sentido que ele recupera as reflexões de Hannah Arendt e desdobra suas consequências para o cenário contemporâneo, cinqüenta anos depois de ela ter lançado a discussão sobre a “Crise do Estado Nação e o fim dos Direitos Humanos” (ARENDT, 1988): a figura que dá a cifra para o entendimento do cenário atual são justamente os refugiados e deslocados em suas múltiplas e proliferantes versões contemporâneas, que se concentram nos inúmeros campos de confinamento em várias regiões do planeta, que estão nas bordas das grandes cidades dos países do dito Primeiro Mundo e todas as outras, em torno dos quais é açãoada a lógica das urgências que combina a ajuda humanitária e a legislação de exceção que, no mundo pós 11 de setembro, ganha a força dos fatos em um mundo no qual a exceção se tornou a regra.

É bem verdade que as relações entre vida nua e Poder Soberano, entre vida e política, relações que estão no núcleo da construção teórica do filósofo, é matéria sujeita a polêmica e envolve uma discussão que vai muito além do que se pretende aqui fazer. Para a discussão que aqui nos interessa, o que importa é tão apenas demarcar esse deslocamento do jogo de referência que nos é proposto. Entre Claude Lefort e Giorgio Agamben há mais do que os ventos mutantes dos modismos intelectuais. Há de se refletir sobre o que se passa entre os dois registros, pois aqui se tem justamente um via para se pensar o que acontece nas dobras desse abalo dos andamentos do mundo que nos acostumamos a pensar.

A discussão poderia ir longe, muito mais longe do que é possível nos limites desse artigo. Por enquanto, importa tão somente essa marcação, não mais do que a notação, mesmo que tateante e imprecisa, de uma questão que vale uma discussão. Pois entre um e outro, quer dizer,

nos vinte anos que separam os dois registros do debate, as noções de leis, direitos, cidadania e espaço público foram esvaziados de sua potência crítica, ou melhor: foi esvaziado o espaço conceitual em que essas noções se compunham e se articulavam em diálogo com as questões que os tempos colocavam e a brecha de futuro que os acontecimentos permitiam vislumbrar, e nomear. Desativado o plano de consistência em que essas noções circulavam e fincavam pontos de referência, elas ficam desprovidas dessa potência de se confrontar com uma realidade que escapa e transborda por todos os lados. E ficam girando no vazio. Não por acaso, nos tempos que correm, o sentido crítico e polêmico dessas noções foi inteiramente esvaziado em um debate (debate?) em grande parte tomado por uma espécie de afirmação ritualística ou protocolar da exigência ética da cidadania mas que apenas confunde política e bons sentimentos, embaralha as diferenças entre direito e ajuda humanitária, entre cidadania e filantropia, e reativa ou reatualiza o que Topalov (1994) define como “epistemologia da filantropia” que fragmenta a análise social na descrição científicamente fundada de cada grupo social (as várias figuras dos “excluídos”) alvo de políticas focalizadas.

Ficam girando no vazio ou então deslizam para a falsificação quando essas noções são mobilizadas para dar ares de modernidade democrática aos dispositivos gestionários que, sob o discurso altissonante do reconhecimento das diferenças e do combate à exclusão, vão se multiplicando por todos os lados, assinalando que entramos de vez na era da “pós-política” para usar os termos de Slavoj Zizek (2004), quer dizer: dispositivos variados que mobilizam recursos institucionais, jurídicos, sociais (e também a pesquisa acadêmica) para identificar os problemas específicos de cada grupo, definir os tais públicos-alvos, propor medidas para corrigir o que não funciona direito, valorizar a “comunidade” e promover o dito “capital social” como anteparo protetor contra as derivas da exclusão e suas supostas patologias violentas, tudo isso aliás também devidamente plugado nas vias globais pelos circuitos do assim chamado Terceiro Setor, financiados (monitorados?) pelos “generosos” recursos das agências multilaterais, quando não capturados por essa espécie de nova frente de expansão do capital e que vem com a marca da “responsabilidade social” das empresas. Uma gestão do social que abre um fosso abismal em relação à “invenção democrática” para lembrar os termos de Lefort e que está no pólo oposto do ato político que, na formulação aguda de Zizek, não tem nada a ver com a gestão ou administração do que está posto na trama social, pois o que é próprio da política - e do ato político - é justamente modificar e deslocar os parâmetros do que é considerado como possível e desejável na constelação existente.

O fato é que, hoje, ao mesmo tempo em que se faz (se insiste em fazer) a celebração das virtudes democráticas dos chamados fóruns públicos de participação popular, ao mesmo tempo em que a assim chamada sociedade civil organizada é conclamada (se insiste em concluir) para a renovação democrática da vida política, é o caso de se perguntar por um campo social que parece escapar a essa interpelação política, um campo social que se subtrai das formas conhecidas de representação, que vaza ou transborda os dispositivos gestionários que vêm se multiplicando por todos os lados, mas que nem por isso corresponde às imagens correntes de anomia e desorganização social, pois sugere diagramas variados de relações e formas sociais que passam por essas mediações, digamos oficiais, mas transbordam suas

regulações e colocam uma ordem de questões que implodem a gramática política conhecida. É por esse lado que eu gostaria de partir para começar a discussão. E aqui retomo minhas anotações de pesquisa.

\*\*\*

Esse o ponto de partida: esse mundo social tão redefinido sobre o qual se falou nas páginas iniciais é atravessado por uma expansiva trama de ilegalidades que se entrelaçam nas práticas urbanas e suas mediações, seus circuitos e redes sociais. Como bem sabemos, a produção da chamada “cidade ilegal” não é novidade, já desde bastante tempo é item obrigatório da agenda de estudos urbanos, quanto mais não seja pelas características predatórias da urbanização de nossas cidades, via de regra pelas vias da expansão da ocupação irregular do solo urbano, de que o crescimento exponencial do favelamento e das zonas de ocupação no correr dos anos 1990 são evidência gritante. Lembremos ainda que as relações entre o formal e informal, o legal e ilegal tem sido tema reiterado da reflexão crítica brasileira, e isso de longa data. Nas suas várias modulações e formulações teóricas, a tensão ou descompasso entre “Brasil legal” e “Brasil real” nunca deixou de estar na pauta dos debates e ganhou especial densidade teórica nos anos que se seguiram à restauração democrática na década de 1980 quando os debates colocaram em foco as ambivalências e limites da legalidade então recém-construída. Mas também vale lembrar que esse debate foi em grande medida pautado pela “questão nacional” (o problema da “formação nacional” incompleta) e no seu foco estavam os dilemas nunca superados para a universalização de leis e direitos.

Mas é justamente esse foco de questões que foi deslocado ou sobreposto por outras tantas que precisam ainda ser mais bem qualificadas. Se, hoje, há uma reatualização de uma história de longa duração, há também um deslocamento considerável na ordem das coisas. Não mais esta espécie de buraco negro a indicar os avatares, bloqueios e impasses de uma modernidade incompleta. Justamente o que sempre foi considerado como evidência de nossas incompletudes, a “exceção do subdesenvolvimento” para lembrar aqui as proposições de Chico de Oliveira, é que passa a estar inteiramente em fase com os rumos de um mundo globalizado que também fez generalizar por todos os lados os fluxos das chamadas economias subterrâneas que transitam nas fronteiras cada vez mais indefinidas entre o legal e ilegal, o formal e informal (TARRIUS, 2003; PERALDI, 2002; CESARI, 2002). Ou então o que Roger Botte define como “economias traficantes” que se espalham também por todos os lados nas sendas abertas pela liberalização financeira, abertura dos mercados e encolhimento dos controles estatais em um tal intrincamento entre o oficial e o paralelo, o legal e o ilegal, o lícito e ilícito que essas polaridades perdem qualquer sentido e tornam obsoletas as controvérsias em torno do formal e informal (BOTTE, 2002). Além do mais, é nesses termos - e esse é o ponto - que as economias vêm se estruturando, esse é um dado também estruturante das hoje redefinidas relações entre Estado, economia e sociedade em tempos de globalização. A rigor, essa indistinção entre o legal e ilegal, o lícito e o ilícito, oficial e paralelo já compõe o estado de coisas, na justaposição de redes (políticas, econômicas, nacionais e transnacionais) e as atividades ilícitas, de tal forma, diz Bottte, que se pode afirmar a existência de uma “generalização macroeconômica do fenômeno do ilícito e do delituoso”; esta é uma mutação econômica considerável a ser bem entendida pois abre - essa a sua hipótese - novas seqüências históricas a serem prospectadas nos países e sociedades.

Jean-François Bayart (2004), por sua vez, seguindo a mesma senda investigativa, dá mais um lance: se é assim (e as circunstâncias e situações que investiga e descreve assim mostram, e espantam o mais avisado dos leitores), então isso quer dizer que essa figura demonizada - “O Crime Organizado Transnacional” - que vem acionando a obsessão securitária (e os dispositivos de exceção) no ocidente rico e “civilizado”, essa figura não existe, quer dizer: sociologicamente, esse “objeto” não se sustenta. Se quisermos, de verdade, entender alguma coisa, será preciso deslocar o parâmetro e decifrar o jogo dessas relações, conexões, articulações que se fazem nessa indistinção do legal e ilegal, do lícito e ilícito, e fazer aparecer, como forças atuantes e estruturantes, os vários atores e coletivos envolvidos, desde o Estado e suas agências nacionais, as grandes corporações econômicas e suas ramificações globalizadas, o sistema financeiro e os fluxos digitais-virtuais de circulação da riqueza, as agências transnacionais das quais não escapam as ditas humanitárias que se alimentam das desgraças do mundo e mobilizam os “mercadores do bem”, tudo muito bem sintetizado, aliás, com os fluxos de circulação de riqueza. Tudo isso, no final das contas, compõe muito concretamente a tal globalização que, longe de ser uma entidade abstrata, só consegue se efetivar porque tudo isso se ancora nos processos situados em cada lugar, em simbiose com as idiossincrasias de cada país, com sua própria história e circunstâncias do jogo político e das suas economias. Concretamente, isso significa que todos os dispositivos repressivos hoje proliferantes por todos os lados, para combater “o” crime organizado e “a” insegurança que atemoriza os bons cidadãos e os bons governos, são rigorosamente risíveis (e, aliás, todos sabem disso) pois o ponto em mira mal se configura em meio a uma nebulosa de relações e comprometimentos que, estes sim, precisariam ser bem compreendidos e debatidos, debatidos publicamente. Mas então, diz Bayart, a obsessão securitária contra o tal “crime organizado transnacional”, junto com a equação habitual, nos países do rico e “civilizado” ocidente, entre imigração e insegurança (entre nós: entre pobreza e insegurança), apenas servem para justificar o reforço dos poderes de polícia e os dispositivos repressivos em detrimento das liberdades, quer dizer: “é uma manifestação entre outras desta banalização do estado de exceção denunciada pelo filósofo Giorgio Agamben.” (BAYART, 2004, p. 104).

Essa certamente é uma discussão de fôlego e vai muito além do que se pretende aqui fazer. Mas é importante tê-la como referência pois é nesse horizonte que nossas inquietações e questões de pesquisa precisam ser situadas. Dois pontos a serem marcados:

Primeiro: retomando a questão lançada nas páginas iniciais deste artigo, o parâmetro descritivo para colocar em perspectiva (e sob perspectiva crítica) as realidades (no caso, as “nossas” realidades) em mutação. Não se trata de descrever “direitinho” as coisas tal como são ou tal como vem se modificando. A questão é outra, mais de fundo, diz respeito ao modo como construímos as nossos “objetos” de investigação, como definimos nossas questões, como formulamos as perguntas que nos orientam em uma experiência do conhecimento capaz de deslocar o campo do já-dito e prospectar as potências pelas quais a ordem das coisas se configura. E é isso que está em jogo na tarefa descritiva. É nisso reside a tarefa da crítica, hoje mais do que nunca urgente. A questão proposta por Bayart é interessante justamente por isso. Para além do enorme interesse que suas pesquisas suscitam, é o modo como a ordem das coisas é configurada, construída e descrita em um plano de referência que desloca os termos do que está aí posto como “verdade” e “fato incontestável”, e é nesse mesmo deslocamento que essas verdades e esses fatos incontestáveis se desfazem como tais para se refazerem em

um outro diagrama de relações, em um outro tabuleiro em que as peças são ordenadas (ou jogadas) sob outro jogo de relações. É nisso reside a tarefa da crítica, hoje mais do que nunca urgente. A força da crítica não está na retórica da denúncia da barbárie que hoje se instala no mundo. A potência da crítica se faz em um parâmetro descritivo que desloca ou redefine a ordem das coisas e suas relações, permitindo, a partir daí, colocar uma pauta de questões que não podem mais ser resolvidas nos termos habituais, que abre portanto a fenda a partir da qual a imaginação crítica pode se mostrar fecunda. Um outro jogo descritivo. É disso que depende a possibilidade de romper esse círculo de giz traçado entre a denúncia estéril e o pragmatismo, quando não a razão cínica, que apenas afirma o que está posto, de tal forma que parece nada nos restar senão gerir o que nos é dado a viver no presente imediato.

Segundo: as questões discutidas por esses autores (e outros) são também importantes para bem situar a complicação brasileira, situá-las em um outro jogo de escala e sob uma perspectiva ampliada. É aqui que ganha pertinência a pergunta pela nova ordem que vem sendo urdida nas dobras do mundo atual. É essa a pergunta que esses (e outros) pesquisadores estão se fazendo, quando se propõem a prospectar - e descrever - os feixes dessas conexões e suas redes em escalas variadas, e que se fazem nas fronteiras indiscerníveis do legal e ilegal, do lícito e ilícito, do formal e informal, do oficial e do paralelo, para apreender o modo como Estado, economia e sociedade vão se redesenhandando entre a implosão de suas formas canônicas e a configuração de novos diagrama de relações de poder e domínio, mas também de formas sociais e de conflito entre grupos sociais e atores (outros jogos de atores) que vão também dando os sinais de uma experimentação histórica a ser seguida de perto.

\*\*\*

Com ressonâncias de todo esse debate, os nossos objetivos são bem mais modestos e nossa questão remete sobretudo a um esforço no sentido de flagrar as novas mediações e conexões pelas quais esses deslocamentos das fronteiras do legal e ilegal vêm se processando. O que merece uma interrogação mais detida são as novas mediações e conexões pelas quais essas ilegalidades variadas vêm sendo urdidas no cenário urbano.

Na verdade, esse jogo entre o legal e ilegal é hoje feito em termos muito diferentes do tão debatido descompasso entre a cidade legal e a cidade real. Pois não se trata propriamente de ilegalidades (novas e velhas), mas de uma crescente e ampliada zona de indiferenciação entre o legal e ilegal, entre o lícito e o ilícito, que passa por todo o entramado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana e as conexões que se fazem nas dobraduras da vida social, projetando uma inquietante linha de sombra no conjunto da vida urbana e suas formas políticas. Zona de indiferenciação que cria situações, cada vez mais freqüentes, que desfazem formas de vida e transformam todos e cada um em “vida matável” (AGAMBEN). Para usar os termos de Michel Agier (1999, 2002), entre a “cidade global” ou a “cidade genérica” com seus artefatos iguais em todas as grandes metrópoles do planeta e os extremos da “cidade nua” (a gestão da pura sobrevivência biológica, dos que perderam tudo o que constitui uma forma de vida), há uma zona incerta que não se reduz às fronteiras físicas (se que é que estas existem) do que chamamos “periferia”, pois passa por todo o entramado da vida social, pelas práticas e suas mediações, pelos circuitos da vida urbana e as conexões que se fazem nas dobraduras da vida social.

Assim, para ficar apenas em algumas entre outras situações que poderiam se inventariadas: indivíduos e suas famílias, agentes públicos, lideranças comunitárias e Ongs disputam e negociam com chefes locais do tráfico de drogas os agenciamentos práticos para a ocupação de terras ou então entram em relações de cooperação, disputa ou conflito aberto em torno dos recursos de poder e influência local. Na implementação de programas sociais (assistenciais e outros), outros tantos coletivos são mobilizados: famílias pobres cujas vidas parecem como que dependuradas nos programas sociais, associações comunitárias, lideranças locais, o clientelismo velho de guerra, os perueiros, clandestinos ou não, que mobilizam recursos para garantir os recursos para a distribuição de cestas básicas, e mais os chefes locais do tráfico de drogas, o crime organizado, as máfias de comerciantes (que vendem os produtos que irão compor as mesmas cestas básicas), a velha e a nova filantropia e suas redes variadas de vinculações com Ongs, com entidades patronais, com agências multilaterais. E ainda: os circuitos variados do chamado mercado informal que mobilizam os intermediários que fazem a conexão com os pólos globalizados da economia e também com negócios ilícitos de procedência variada, os agentes públicos que tentam (sem sucesso) controlar o uso irregular dos espaços urbanos e o comércio clandestino, associações comunitárias ditas filantrópicas que se transformam em agenciadoras das redes locais de subcontratação, além dos fluxos da migração clandestina que trazem para os fundos da periferia da cidade coreanos e bolivianos, agora personagens conhecidos na paisagem urbana, em grande parte vinculados aos circuitos da produção têxtil que, no caso da zona leste da cidade, se alimenta da história urbana da região e reatualiza a importância do “centro velho” da cidade (Brás, Bom Retiro) onde estão instaladas as confecções, onde se entrelaçam todos esses fios, abertos e subterrâneos ou clandestinos, e são igualmente urdidas as vinculações com um mercado em aceleradíssimo processo de integração ao capital globalizado.

Em todas essas (e inúmeras outras) micro-cenas será possível encontrar todos os ingredientes que compõem a agenda das pesquisas e propostas para uma boa e virtuosa gestão da vida local: solidariedade intra-pares, capital social e rede social. Está tudo aí, não falta nada. Tudo certo, tudo errado ou tudo falsificado, quando essas noções são mobilizadas para construir a ficção comunitária e acionar as formas modernas de gestão do social, a rigor o biopoder de que fala Foucault (2004) e que o autor identifica no centro mesmo da racionalidade liberal: gestão das populações, gestão das vidas e, nesses tempos em que a exceção se tornou a regra, administração de suas urgências. Mas acontece que o mundo social não cabe nos dispositivos gestionários, escapa por todos os lados desses modos de governamentalidade que, para usar os termos de Foucault, tratam de atuar no “meio social” e acionar o dito “capital social” para tornar os indivíduos governáveis sob a égide da racionalidade mercantil.

Na verdade, seria mesmo possível dizer que as tensões do mundo vão se fazendo nessa fricção entre os “indivíduos governáveis” e o que escapa dos dispositivos gestionários, quer dizer: entre a governabilidade gestionária e a vida matável. Não se trata apenas que a miséria é grande demais para ser domesticada e capturada pela gestão do social. A questão é outra: é que esse mundo é tão incerto e a aleatoriedade da vida é tão devastadora que termina por implodir qualquer medida possível na ordem das coisas. É verdade que, hoje, podemos encontrar por todos os lados famílias, muitas, que parecem como que dependuradas nos tais programas sociais, isso já faz parte do jogo da vida, faz parte dos inúmeros expedientes da viração

popular para lidar com as urgências da vida. Mas também é verdade que tudo é mesmo muito incerto: de uma hora para outra tudo pode mudar conforme os ares dos tempos e o gestor de plantão, os tais programas simplesmente podem deixar de existir porque os recursos não existem mais, porque a “entidade social” não renovou o convênio, porque mudou o prefeito e suas prioridades, ou porque o centro de interesse e disputa dos operadores políticos foi deslocado para outras paragens. Mesmo quando a coisa assume os ares modernos do “empreendedorismo social”, a aleatoriedade é a mesma, com a diferença de que aqui os ventos que sopram vêm de outros lugares, das agências financeiras, dos formuladores de programas, de seus avaliadores, etc., etc. Às vezes, para escapar dessas oscilações no jogo mutante de relações de força, nada mais seguro do que seguir o mais do que sólido caminho das lealdades políticas do clientelismo velho de guerra ou das lealdades mafiosas do muito moderno “patrão” dos negócios escusos do pedaço.

Quer dizer: os dispositivos gestionários e a vida matável fazem parte do mesmo jogo. E é esse jogo que interessa justamente entender. Entre o lado “oficial” da vida social e as crisspações da vida nua é que vai se tecendo um socius nessa conjugação entre circunstâncias, fatos, coisas e atores. São nesses agenciamentos da vida que se torna perceptível a pulsão do mundo urbano. É dessas dobraduras que fazem a trama da cidade que se pode apreender os sentidos dessa indiferenciação entre o legal e ilegal, o formal e o informal, o lícito e o ilícito. É daí que se projeta a linha de sombra que perpassa toda a cidade. Os campos de força e toda a complicação dos tempos que correm estão exatamente nos pontos de conexão dessas tramas que fazem a tapeçaria do mundo social.

Vistos pelo ângulo das práticas cotidianas, todos esses fios se misturam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos para lidar com a vida, e as urgências da vida. Em um cenário de incertezas, quando não de aleatoriedade dos lances do destino, essas micro-cenas podem ser vistas como evidências de práticas e arranjos sociais que, nesse jogo de luz e sombra entre o lícito e o ilícito, são feitos e refeitos em uma sempre reaberta negociação da vida e das formas de vida. Por certo, é desse entramado social que o tráfico de drogas também se alimenta e é por essa via que se pode apreender suas capilaridades nas redes sociais, ao mesmo tempo em que nesses fios entrecruzado da vida social, configuram-se situações de violência intra-pares em que acertos e desacertos da vida cotidiana misturam-se com lealdades mafiosas e as circunstâncias de disputa de territórios. Mas por isso mesmo (mas não só) esses arranjos sociais ainda precisam ser mais bem compreendidos.

Indivíduos e suas famílias transitam nessas tênues fronteiras do legal e ilegal, sabem muito bem lidar com os códigos de ambos os lados e sabem também ou sobretudo lidar com as regras que vão sendo construídas para “sobreviver na adversidade”. Como mostra Daniel Hirata (2006), em um achado de pesquisa precioso, essa expressão, “sobreviver na adversidade”, não tem nada a ver com as estratégias de sobrevivência de que tratam os estudos sobre pobreza. Muito ao contrário disso, é uma expressão que circula no “mundo bandido”. Mas, ao que parece, todos, todos os moradores das periferias da cidade, sabem muito bem o que isso quer dizer: saber transitar entre fronteiras diversas, se deter quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, se calar quando é o caso. Sobretudo: saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos

superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos: como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema.

No entanto, “sobreviver na adversidade” não é coisa fácil. Não é para qualquer um. Nem todos são portadores dessa versão muito peculiar do “saber circulatório” de que fala Alain Tarrius (2003) ao discutir os percursos dos imigrantes nas fronteiras dos países europeus. Seria possível dizer que essa espécie de ardil popular renovado ganha todo o seu sentido quando se considera a questão nele inscrita. Não se trata tão simplesmente de sobreviver e levar a vida. Trata-se sobretudo de contornar - é um espécie de arte de contornamento - as duas ameaças muito concretas que se colocam em suas vidas, a cada momento, a cada dia. De um lado, o risco da morte violenta. Essa é um dado de seus mundos de vida. Sobretudo entre os mais jovens, fazer a narração de suas vidas é também uma espécie de contabilidade dos mortos, pessoas próximas, amigos de infância, vizinhos de rua, colegas de escola: “meus amigos? Só sobrou eu mesmo, os outros estão todos mortos”. Por outro lado, o risco de cair na situação de dependência em relação à caridade de uns e outros, ou então da assistência social. Quer dizer: saber “sobreviver na adversidade” supõe uma certa habilidade em transitar entre fronteiras. É isso que pode decidir a vida e os sentidos da vida, escapando dessa dura partida entre a morte matada e a desfiguração da vida para aqueles que viram “pobres-de-tudo” e se transfiguraram em público-alvo dos programas sociais ditos de inserção e que, nas palavras de Chico de Oliveira, não são mais do que a administração da exceção.

E é nesse ponto e contraponto que permite ver como potências o que no mundo social justamente aparece muitas vezes “embaçado”, para usar aqui uma expressão corrente entre os jovens - “está tudo embaçado”, dizem e com isso sugerem que nem tudo pode ser dito. É nesse ponto e contraponto que esse mundo urbano pode ser descrito. Em outros tempos o jogo de referências era outro. Perguntávamos, era a pergunta que eu própria fazia quando lidava com essas realidades: quais as potências que permitem transformar o “pobre” em “cidadão”? Ou então: quais as mediações que permitem traduzir as circunstâncias da vida na medida pública dos direitos e de um mundo comum? Pois, agora, a pergunta é outra. A pergunta que esses personagens estão nos sugerindo é: como escapar da morte matada ou da infelicidade do pobre-coitado? É esse o deslocamento que o primado da “vida nua” parece operar. Mas a vida nua não é o vazio, pois é justamente aí que o jogo da vida está sendo jogado e que as tramas do mundo estão sendo tecidas.

Mas então, isso significa dizer que entre a pobreza cativa dos expedientes gestionários e a violência letal, não há esse vazio social ou esse social escrito em negativo sugerido pelas noções correntes de exclusão social. Entre um e outro, é todo um mundo social que se constrói. Melhor dizendo: entre um e outro as tramas da vida social vão sendo tecidas. No fio da navalha, é preciso dizer. Mas por isso mesmo é aí que se pode apreender a pulsação do mundo urbano. Não se trata, é bom desde logo evitar a confusão, de algo que acontece na margens, do “lado-de-lá”. Muitíssimo diferente disso: é um mundo que não está nas margens, está no centro mesmo da vida urbana, vem sendo tecido em torno das dimensões

estruturantes da vida social e ganha forma nos acontecimentos prosaicos do dia a dia. Não é paralelo e não é à parte: o próprio dessa “arte do contornamento” é justamente saber transitar entre fronteiras sociais, lidar com os códigos, jogar com as identidades, passando de um lado (o mundo “oficial” dos programas sociais e mediações públicas) e do outro (o “mundo bandido”), e mais por entre todas as outras mediações sociais (a família, o trabalho, a igreja, as associações comunitárias...), um “saber circulatório” que se transforma em recurso para inventar possibilidades de vida e de formas de vida. Também não se trata aqui de reeditar qualquer visão ingênua ou romântica sobre as supostas virtudes do mundo popular. Esse não é um mundo em si virtuoso, não é um mundo povoado por santos e almas angelicais e a catástrofe, além do mais, instaura-se nessas mesmas constelações sociais. Não é disso que se trata.

A questão é outra e diz respeito aos fios que estão tecendo um socius que ainda precisa ser mais bem conhecido. E é isso que nos faz pensar que, em torno dos diversos vetores (e suas zonas de turbulência) das mudanças recentes, vão se formando linhas de força que transbordam as formas estabelecidas de regulação política e que escapam às formas conhecidas de interpelação e representação política.

Mas são linhas de força que vão se constelando em formas sociais, vão se conjugando nas tramas da cidade, nos tempos e espaços da experiência urbana. Será preciso interrogar esse campo social que vem se constituindo nessas zonas de indiferenciação entre o lícito e o ilícito, entre a norma e a exceção, entre o direito e a força. É aí que se joga a partida entre a “vida nua”, quer dizer: vida matável; e as formas de vida, quer dizer: possibilidades, potências, capacidade de inventar outros possíveis. É isso que ainda precisa ser bem entendido. E é essa a questão que nos orienta nessa prospecção da cidade e das tramas da cidade.

#### REFERÊNCIAS:

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- AGIER, Michel. **L'invention de la ville**. Banlieus, township, invasions et favelas. Paris: Editions de L'Archives Contemporaines, 1999.
- AGIER, Michel. **Aux bords du monde, les réfugiés**. Paris: Flammarion, 2002.
- ARENDT, Hannah. O declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos humanos. In: \_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BAYART, Jean-François. Le crime transnational et la formation de l'Etat. **Politique Africaine**, Paris, n. 95, p. 93-105, mar. 2004.
- BOTTE, Roger. Economies traîquantes et mondialisation : la voie africaine vers le ‘développement’ ? **Politique Africaine**, Paris, n. 88, p. 131-152, dez. 2002.
- CESARI, Jocelyne (Dir.). **La méditerranée des réseaux**. Marchands, entrepreneurs et migrants entre l'Europe et le Maghreb. Paris: Editions Maisonneuve et Larose, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Cours au Collège de France, 1978-1979. Paris: Gallimard, 2004.
- HIRATA, Daniel. No meio de campo: que está em jogo no futebol de várzea? In: TELLES, Vera S.; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p.243-290.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O Ornitórinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PERALDI, Michel Marseille. **Réseaux migrants transfrontaliers, place marchande et économie de bazar**. Paris : Genève, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. Ainda o livro de Kurtz. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 37, nov. 1993.
- TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas**. Les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris: Balland, 2003.

- TELLES, Vera S. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, Vera S.; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 35-68.
- TOPALOV, Christian. **Naissance du chômeur, 1890-1910.** Paris: Albin Michel, 1994.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa.** Pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ZIZEK, Slavoj. **Plaidoyer en faveur de l'intolerance.** Paris : Climat, 2004.

---

Recebido em: 07/05/2007

Avaliado em: 15/05/2007

Endereço: Vera da Silva Teles  
Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315  
CEP: 05508-900 – São Paulo